



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE PEDAGOGIA

**APARECIDA KALLYSMEYA PEREIRA DA SILVA**

**CURSO DE PEDAGOGIA: FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO  
INFANTIL**

Cajazeiras - PB  
2019

APARECIDA KALLYSMEYA PEREIRA DA SILVA

**CURSO DE PEDAGOGIA: FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO  
INFANTIL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Pedagogia, da Unidade Acadêmica de Educação (UAE) do Centro de Formação de Professores (CFP), da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), *Campus* Cajazeiras-PB, como requisito para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Orientadora Professora Dra. Viviane Guidotti

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - (CIP)  
Denize Santos Saraiva Lourenço - Bibliotecária CRB/15-1096  
Cajazeiras - Paraíba

S586c Silva, Aparecida Kallysmeya Pereira da.  
Curso de Pedagogia: Formação de professores da Educação Infantil /  
Aparecida Kallysmeya Pereira da Silva. - Cajazeiras, 2019.  
48f.  
Bibliografia.

Orientadora: Profa.Dra. Viviane Guidotti Machado.  
Monografia (Licenciatura Plena em Pedagogia) UFCG/CFP, 2019.

1. Pedagogia. 2. Educação Infantil. 3. Curso de Pedagogia. 4.  
Formação de professores. 5. Professor de Educação Infantil. I. Machado,  
Viviane Guidotti. II. Universidade Federal de Campina Grande. III. Centro  
de Formação de Professores. IV. Título.

UFCG/CFP/BS

CDU – 37.013

---

APARECIDA KALLYSMEYA PEREIRA DA SILVA

**CURSO DE PEDAGOGIA: FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA  
EDUCAÇÃO INFANTIL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito para obtenção do título de Licenciado(a) em Pedagogia, do curso de Pedagogia, da Unidade Acadêmica de Educação (UAE) do Centro de Formação de Professores (CFP), da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Campus Cajazeiras-PB.

Aprovado em: 26 / 06 / 2019

**BANCA EXAMINADORA**

*Viviane Guidotti Machado*

\_\_\_\_\_  
Orientadora – Professora Dra. Viviane Guidotti Machado – UFCG/UAE

*Débia Suênia da Silva Sousa*

\_\_\_\_\_  
Examinadora 1 – Professora Dra. Débia Suênia da Silva Sousa – UFCG/UAE

*Rozilene Lopes de Sousa*

\_\_\_\_\_  
Examinadora 2 – Professora Ma. Rozilene Lopes de Sousa - UFCG/UAE

\_\_\_\_\_  
Examinadora suplente – Professora Dra. Aparecida Carneiro Pires - UFCG/UAE

Dedico este trabalho aos meus pais Vera e Carlos, meus filhos, Carlos e Maitê e ao meu esposo Cosme. Todos contribuíram cada um à sua maneira para que aqui eu chegasse.

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus que sempre me protegeu e guiou durante toda minha vida e não poderia ser diferente na Graduação.

Aos meus pais Vera e Carlos que desde pequena sempre me incentivaram a estudar e sempre me auxiliaram nessa minha vida estudantil, que abdicaram várias vezes de momentos de descanso para cuidar dos meus filhos enquanto eu lutava para aqui chegar.

Ao meu esposo Cosme que sempre me apoiou e que nunca deixou que eu desistisse, que dormiu várias vezes tarde da noite me ajudando a confeccionar materiais para os estágios, enfim, sempre esteve do meu lado para tudo.

Aos meus filhos Carlos e Maitê por serem minha fonte de vida, que me fortalecem, me fazem buscar ser melhor sempre para que possa ser um bom exemplo para eles.

À Universidade, aos professores que tive durante minha trajetória acadêmica e aos amigos e colegas de sala que nos momentos de dúvidas sempre estavam disponíveis para me orientar, principalmente durante a licença maternidade, e aos amigos que também já passaram por estas experiências, os quais fui buscar dicas, em especial a amiga e agora comadre Ildamara (Mara), a qual eu sempre perturbava, buscava orientações de como fazer os trabalhos acadêmicos e que sempre me ajudou, me acalmou.

À minha orientadora Viviane Guidotti por ter me acolhido tão bem como sua orientanda, por ter paciência comigo, por me auxiliar, me dar dicas e me acalmar em meio à tempestade e turbilhão de emoções durante a construção do TCC.

Sem a curiosidade que me move, que  
me inquieta, que me insere na busca,  
não aprendo nem ensino.  
Paulo Freire (1996, p. 85).

## RESUMO

Este trabalho teve como problemática de estudo o seguinte questionamento: Qual a importância do Curso de Pedagogia para a formação de professores na percepção de docentes que atuam na Educação Infantil no município de Cajazeiras-PB? O Objetivo Geral desta pesquisa consiste em compreender a importância do curso de Pedagogia para atuar como professor da Educação Infantil, no município de Cajazeiras. Desta maneira tem-se como objetivos específicos: Discutir a trajetória da Formação de Professores para a Educação Infantil no Brasil, investigar qual a importância da formação dos professores para atuarem na Educação Infantil e refletir sobre a importância do curso de Pedagogia na Formação de Professores para atuarem na Educação Infantil. Para a realização deste trabalho foram realizadas 4 entrevistas com professoras efetivas de creches que pertencem a rede pública de ensino do município de Cajazeiras/PB. A entrevista foi organizada em um roteiro com 17 perguntas, foram também realizadas 3 observações na sala de aula dos respectivos entrevistados. Para a análise dos dados foi considerada a contextualização dos sujeitos da pesquisa, das escolas que serviram de lócus para a pesquisa, das turmas observadas, a observação e a Formação de professores: A percepção dos docentes entrevistados. Como resultado esse trabalho destaca que os entrevistados têm a percepção da importância do Curso de Pedagogia, sendo este essencial para aqueles que desejam atuar na Educação Infantil, e da relevância que a formação continuada tem para a prática docente dos sujeitos, ficando claro que para os que já atuam além do Curso de Pedagogia faz-se necessário uma formação continuada que contemple as especificidades que atendam as crianças da faixa etária entre 0 e 5 anos de idade.

**Palavras-chave:** Formação de professores. Educação Infantil. Curso de Pedagogia



## ABSTRACT

This study had the following questioning as a study problem: What is the Pedagogy course importance to the teachers training in the teachers perception who work in kindergarten in Cajazeiras-PB? The general objective from this work is understanding the meaning of the Pedagogy course to work as a kindergarten teacher, in Cajazeiras city. This way we have as specific objects: To discuss the trajectory of Teacher Training for kindergarten in Brazil, to investigate what is the meaning of the teachers training to work in kindergarten and consider about the meaning of the Pedagogy course in the teachers training to work in kindergarten. To accomplish this work, four interviews were made with effective teachers of daycare centers belonging to the public school network of Cajazeiras. The interview was organized in a script with 17 questions, three observations were also made in the classroom of the respective interviewees. For the data analysis was considered the contextualization of the research subject, the school that was locus to the research, the classes observed, the observation and the teachers training: The interviewed teachers' perception. As a result this work points that the interviewees have the understanding about the importance of the Pedagogy course, which is essential for those who wishes to act in kindergarten, and the relevance that continued education has for their teaching practice, becoming clear that for the ones who already work, beyond the Pedagogy course it is necessary a continued study that include the specificities to attend children between 0 and 5 years old.

**Key-Words:** Teachers Training, Kindergarten, Pedagogy Course.

## LISTA DE SIGLAS

UFCG – Universidade Federal de Campina Grande

CFP – Centro de Formação de Professores

UAE – Unidade Acadêmica de Educação

SISU – Sistema de Seleção Unificada

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

CFE – Conselho Federal de Educação

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

MEC – Ministério da Educação e Cultura

ANFOPE – Associação Nacional Pela Formação dos Profissionais da Educação

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

CNE – Conselho Nacional de Educação

PPI – Projeto Pedagógico Institucional

PPP – Projeto Político Pedagógico

PPC – Projeto Pedagógico do Curso

PDI – Projeto Desenvolvimento Institucional

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

RCN – Referencial Curricular Nacional

DCNEI – Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil

CF – Constituição Federal

HEM – Habilidade Específica de Magistério

GT – Grupo de Trabalho

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UERN – Universidade Estadual do Rio Grande do Norte

# SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
1.1 Memorial acadêmico: origem do objeto de estudo .....	13
1.2 A pesquisa .....	14
<b>2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA .....</b>	<b>17</b>
2.1 Formação de professores no Brasil .....	17
2.2 Curso de Pedagogia .....	21
2.3 Formação de professores para a Educação Infantil .....	25
<b>3 CAMINHOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>30</b>
3.1 Caracterização da pesquisa.....	30
3.2 Técnica de coleta de dados: instrumentos .....	30
3.2.1 Entrevista.....	30
3.2.2 Observação .....	31
3.2.3 Documentos.....	32
3.3 Análise de dados.....	32
3.4 Procedimentos éticos da pesquisa .....	33
<b>4. ANÁLISE DOS DADOS: CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA ATUAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....</b>	<b>34</b>
4.1 Contextualizando os sujeitos da pesquisa .....	34
4.2 Contextualizando as escolas .....	34
4.3 Observação .....	35
4.4 Contextualizando as turmas .....	35
4.5 Formação de professores: a percepção dos docentes entrevistados .....	35
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>40</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>42</b>
<b>APÊNDICE 1 - ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO.....</b>	<b>45</b>
<b>APÊNDICE 2 - ROTEIRO DE ENTREVISTA .....</b>	<b>46</b>
<b>APÊNDICE 3 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO-TCLE .....</b>	<b>47</b>

# 1 INTRODUÇÃO

## 1.1 Memorial acadêmico: origem do objeto de estudo

Apesar de minha família ser humilde, com poucas condições financeiras e pouco estudo, meus pais sempre fizeram questão de ressaltar para mim e meus irmãos o quanto estudar é importante, trazendo sempre como exemplo, o que eles perderam por não possuírem uma formação.

Desde o ensino fundamental estudei em escolas públicas, sendo estas municipais e estaduais, apenas no Ensino Médio que ingressei em uma escola privada, o Colégio Nossa Senhora de Lourdes, como aluna bolsista em um curso de Formação de Professores para atuar na Educação Infantil e Ensino Fundamental dos Anos Iniciais, curso este denominado de Normal Nível Médio, escola esta a única na região a ofertar o magistério. Optei por fazer este curso, pois desde criança gostava de brincar de ensinar, de ser professora.

Na instituição em que conclui o Curso Normal os professores sempre buscavam ressaltar a importância de uma formação significativa e de qualidade, incentivavam a não se contentar apenas com aquele curso inicial de formação, de ir além, buscar uma formação universitária, em um curso de graduação.

No último ano do curso me inscrevi para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), mas apesar de gostar muito de trabalhar com crianças não optei inicialmente por Pedagogia e sim por Ciências Biológicas. Ao concluir o curso Normal em Nível Médio logo soube da notícia que havia passado para o curso de Ciências Biológicas e em uma Instituição Federal, foi um orgulho tanto para meus pais quanto para mim.

Iniciei o curso de Ciências Biológicas, em 2011, na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) Centro de Formação de Professores (CFP), Campus Cajazeiras, cidade em que nasci e moro até hoje, cheguei a cursar dois períodos, mas acabei abandonando o curso, já que não me identificava com a possibilidade de ser professora de biologia e neste mesmo período me tornei mãe e naquele momento ficou difícil permanecer no ensino superior, pois o curso era diurno, não tinha quem cuidasse do meu filho, sendo assim optei por prioridade em ser mãe, estar presente na sua primeira infância.

Passei um ano sem estudar, em 2012, resolvi fazer ENEM novamente, desta vez optei pela Licenciatura em Química, curso ofertado a noite na UFCG, Campus Cajazeiras e para minha surpresa novamente passei, ingressei no curso, porém logo que conclui o 1º período percebi que aquele curso não era o que eu queria, mas continuei até que conseguisse passar novamente em outro ENEM, assim poderia aproveitar disciplinas cursadas.

Surgiu então, em 2013 à oportunidade de tentar ingresso no curso de Pedagogia pelo Sistema de Seleção Unificada (SISU) utilizando a nota do último ENEM, e para minha alegria consegui entrar no curso.

A origem do meu objeto de estudo no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) surge desde a conclusão do Curso Normal, pois desde a conclusão do curso que venho atuando em sala de aula e percebi que assim como eu havia outros profissionais atuando na Educação Infantil sem graduação em Pedagogia.

Ao ingressar na UFCG, as inquietações sobre a Formação de Professores na Educação Infantil aumentaram, em meio aos diálogos e discussões com os professores e colegas de curso compreendia cada vez mais o quão importante é o curso de Pedagogia e o quanto o mesmo é desvalorizado e desprezado por aqueles que não entendem nem compreendem seu real valor.

À vontade então de pesquisar sobre a Formação de Professores da Educação Infantil se tornou maior ainda após passar pela experiência dos estágios supervisionados tanto na Educação Infantil quanto no Ensino Fundamental. Para realizarmos o relatório de estágio precisamos ter acesso a várias informações da instituição, entre elas a formação de cada professor, ficando ainda mais notável que alguns dos professores que atuam na Educação Infantil não possuem graduação em Pedagogia.

Desta forma, minhas inquietações e interesse em buscar saber o porquê destes professores atuarem na Educação Infantil mesmo não sendo Pedagogos, bem como estudar sobre as práticas pedagógicas dos mesmos, visto que estes “não possuem formação adequada para atuar neste campo”, trazendo também para a discussão, se assim for necessário, as práticas pedagógicas daqueles que mesmo possuindo a graduação em Pedagogia não compreendem a criança e suas fases, até porque sabe-se que muitas vezes o docente possui formação “adequada” porém não trabalha como deveria, trazendo para a discussão também os motivos que os levaram a buscar a Pedagogia.

## 1.2 A pesquisa

Considerando então, minha trajetória acadêmica, esta pesquisa tem como tema: Formação de Professores, tendo como foco especial a Formação de Professores para atuação na Educação Infantil, desta maneira a pesquisa partiu da seguinte problemática: Qual a importância do curso de Pedagogia para a formação de professores na percepção de docentes que atuam na Educação Infantil no município de Cajazeiras-PB?

O Objetivo Geral desta pesquisa consiste em: compreender a importância do curso de Pedagogia para atuar como professor(a) da Educação Infantil, no município de Cajazeiras. Tendo como objetivos específicos:

- ✓ Discutir a trajetória da Formação de Professores para a Educação Infantil no Brasil;
- ✓ Investigar qual a importância da Formação dos Professores para atuarem na Educação Infantil;
- ✓ Refletir sobre a importância do curso de Pedagogia na Formação de Professores para atuarem na Educação Infantil.

O interesse em pesquisar sobre a Formação de Professores da Educação Infantil surgiu, como já mencionado, em meio às discussões realizadas durante a trajetória percorrida no curso de Pedagogia, partindo dos discursos informais que ouvi de muitos docentes do curso, como também de leituras – aporte teórico de disciplinas, acerca do assunto-, com isso comecei a ter um olhar diferenciado acerca do meu trabalho como docente e da observação do comportamento de muitos colegas de trabalho.

Desta forma, compreende-se que a relevância social desta pesquisa é contribuir para melhoria da qualidade de ensino da Educação Infantil, pois à medida que se compreende a importância da formação para ser um professor da Educação Infantil passa-se a preocupar-se mais com este requisito trazendo para a sala de aula apenas aqueles profissionais que possuem o curso de Pedagogia.

Sendo assim, este trabalho está disposto da seguinte maneira: Introdução; Referencial teórico (que se subdivide em três); Metodologia; Análise e por fim as Considerações finais. O referencial teórico está dividido em três partes, no qual o primeiro tópico intitulado de ‘Formação de Professores no Brasil’ apresenta um breve estudo histórico sobre a Formação de Professores no Brasil com fundamentação teórica os autores: Silva (1999); Aranha (2006); Saviani (2009 e 2013); Alves (2011); Machado (2017) e documentos legais da legislação educacional brasileira como LDB/1996.

O segundo tópico intitulado como ‘Curso de Pedagogia’ é abordado como surgiu o curso de Pedagogia no Brasil e quais mudanças que já ocorreram desde o surgimento. A base da fundamentação teórica foi nos seguintes autores: Silva (1999); Sheibe (2007); Gomes (2009); Machado (2017) e documentos legais da legislação educacional brasileira.

O terceiro tópico ‘Formação de Professores para a Educação Infantil’ trata sobre a formação dos professores que atuam na Educação Infantil e discute sobre a importância desta formação para atuar como docente, tendo como fundamentação teórica os principais autores: Pimenta (2004 e 2012); Gomes (2009); Machado (2010); Oliveira (2010); Alves (2011);

Guimarães; Souza (2012); Amorim (2016) e documentos legais da legislação educacional brasileira.



## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 2.1 Formação de professores no Brasil

Este tópico buscará apresentar brevemente o resgate histórico da Formação de Professores no Brasil, quais as motivações e necessidades de cada época que impulsionaram a Formação de Professores. É importante destacar, que se faz necessário fazer um resgate acerca da Formação de Professores no Brasil para melhor compreender o processo em que se deu a Formação dos Professores da Educação Infantil.

É sabido que aqui no Brasil antes da sua “descoberta” já havia habitantes, que eram os Índios, que até então tinham sua cultura específica, porém, com a “dominação” Portuguesa começou a ser modificada, não por vontade indígena, mas, pelos rumos que se tomava a história na época.

Sobre isso Aranha (2006) nos traz que os portugueses, após o que eles chamam de descoberta começaram a aproveitar-se da inocência indígena e de sua ausência de conhecimento sobre a escrita e da falta de conhecimento sobre parte da cultura portuguesa e assim iniciaram o processo de dominação dos índios promovidos pelos ensinamentos de seus mestres. Ainda conforme Aranha (2006) a partir deste momento aqui no Brasil, iniciou-se um processo de escolarização realizado pelos Jesuítas, uma formação principalmente de caráter religioso.

De acordo com as leituras dos textos de Aranha (2006) e Saviani (2013) pode-se perceber que inicialmente no Brasil o ensino é realizado por pessoas que tinham mais conhecimento que os outros, porém, não havia ainda uma qualificação exata para ensinar, ou seja, não tinha uma formação específica para atuar como professor no Brasil. Conforme menciona Saviani (2009, p. 144):

Durante todo período colonial, desde os colégios jesuítas, passando pelas aulas régias implantadas pelas reformas pombalinas até os cursos superiores criados a partir da vinda de Dom João VI em 1808, não se manifesta preocupação explícita com a questão da formação de professores. É na lei das escolas de Primeiras Letras, promulgada em 15 de outubro de 1827, que essa preocupação apareceu pela primeira vez.

Ainda de acordo com Saviani (2013), após a expulsão dos Jesuítas pelo Marquês de Pombal e com a chegada da família real ao Brasil a educação foi passando por diversas mudanças, uma delas que podemos citar foi à utilização do método mútuo.

O método do ensino mútuo surgiu logo após a criação da 1ª Lei da instrução pública em 15 de outubro de 1827 que segundo Aranha (2006) teve seus resultados fracassados por várias causas, como por exemplo: falta de prédios escolares adequados, material, baixa recompensa salarial, problemas que ainda se vê muito na atualidade, entre outros.

Sobre o método mútuo Saviani (2013, p. 128) cita que “De uma das extremidades do salão, o mestre, sentado numa cadeira alta, supervisionava toda a escola, em especial os monitores”. Neste sentido, o papel do educador do método mútuo se restringia a fiscalização do trabalho realizado pelos alunos, uma espécie de monitoria.

Somente, de acordo com Aranha (2006) em 1835 que foi criada a 1ª escola Normal no Brasil, na Capital da província Rio de Janeiro – Niterói, na tentativa de resolver em parte o problema de Formação de Professores. O que não aconteceu conforme o esperado, pois, ainda segundo a autora a escola funcionava de forma precária, com apenas um professor e poucos alunos o que acabou acarretando no seu fechamento em 1849.

Saviani (2013) relata que Couto Ferraz já havia demonstrado dúvidas em relação à Escola Normal e que acabou fechando a Escola Normal de Niterói quando presidente da província do Rio de Janeiro. Segundo o autor “Para ele as Escolas Normais eram onerosas, ineficientes quanto à qualidade da formação que ministravam e insignificante em relação ao número de alunos que nela se formavam” (p. 133). Desta maneira Couto Ferraz já antecipava no regulamento de 1854 a substituição das Escolas Normais pelos professores adjuntos, que segundo Saviani (2013) a ideia pedagógica presente nessa perspectiva era formação na prática.

Conforme Saviani (2013, p. 133) essa ideia dispensava a necessidade de se ter Escolas Normais e consistia em:

Consistia em contratar, por concurso geral aberto aos discípulos maiores de 12 anos de todas as escolas públicas, docentes auxiliares. Os que se distinguissem nesse concurso comporiam uma lista na qual o governo faria a escolha para nomear os adjuntos. Estes ficariam “adidos às escolas como ajudantes e para se aperfeiçoarem nas matérias e práticas do ensino (artigo 38)”. Nessa condição passariam por um ‘triênio de habilitação’ (artigo 40), sendo examinados a cada ano.

Ainda de acordo com o autor essa pretensão de substituir as Escolas Normais não foi além e ainda acrescenta que as províncias deram continuidade ao esforço de criar as Escolas Normais.

Entretanto, mesmo após a criação das escolas Normais no Brasil segundo Aranha (2006) não era qualquer pessoa que podia frequentá-las, havia também requisitos para o ingresso nestas escolas. Esses requisitos estão dispostos na Lei nº 10 de 4 de abril de 1835, mesma Lei utilizada para criação das Escolas Normais, no artigo 4: "para ser admitido à matrícula na escola Normal requer-se: ser cidadão brasileiro, maior de dezoito anos, com boa morigeração (bons costumes, boa educação); e saber ler e escrever."

Ainda de acordo com a autora Aranha (2006) por volta da década de 1860 quando aumentou o interesse pela educação consequentemente passou-se a aumentar o interesse na Formação de Professores. A autora ainda nos traz que durante as décadas de 1860, 70 e 80 várias

outras escolas normais foram criadas, no entanto, ainda segundo a autora estas tinham duração instável, sendo fechadas e reabertas.

Conforme Saviani (2013, p. 136) em 19 de abril de 1879, no decreto de Nº 7.247 iniciava-se uma reforma no ensino primário, secundário e superior no Município da Corte. Uma das contribuições trazidas por este Decreto segundo o autor (p. 137) é que ele “[...] regulamenta o funcionamento das Escolas Normais fixando o currículo, a nomeação de docentes, o órgão dirigente e a remuneração dos funcionários.”.

No ano de 1881, outro decreto passa a vigorar, o de Nº 8. 025 de 16 de Março do referido ano, que traz em seu capítulo I que trata do Ensino Normal a seguinte afirmação: “Art. 1º A Escola Normal tem por fim preparar professores primarios do 1º e do 2º gráo: o ensino nella distribuido será gratuito, destinado a ambos os sexos, e compreenderá dous cursos - o de sciencias e letras, e o de artes.”.

Na década de 90 segundo Saviani (2013, p. 171) começou-se uma reforma pela Escola Normal, nesta época houve a elaboração do decreto de 12 de março de 1890, que resultou na criação de Escola – Modelo anexa a Escola Normal de São Paulo. Essa Escola – Modelo anexa a Escola Normal se expandiu para várias cidades e se tornou referência para outros países conforme nos afirma Saviani (2009, p. 145):

Essa reforma da Escola Normal da capital se estendeu para as principais cidades do interior do estado de São Paulo e se tornou referência para outros estados do país, que enviavam seus educadores para observar e estagiar em São Paulo ou recebiam “missões” de professores paulistas. Dessa forma, o padrão da Escola Normal tendeu a se firmar e se expandir por todo o país.

Machado (2017, p. 97) diz que: “Durante os anos de 1889 a 1925 muitas reformas educacionais foram pensadas e promovidas com a finalidade de organizar o ensino primário e secundário no país, como a implementação dos grupos escolares.”. Alves (2011) traz que nesta mesma época surgem as primeiras creches no Brasil, que ainda segundo a autora tinham um caráter assistencialista.

Ao encontro do que diz Machado, Saviani (2013, p. 171) relata que em 1892 iniciaram as constituições dos grupos escolares, que conforme o autor traz “foram criados para reunir em um só prédio de quatro a dez escolas, compreendidas no raio da obrigatoriedade escolar”.

Nesse período, segundo Machado (2017) há um aumento tanto nos grupos escolares em vários estados como também das escolas normais. O que segundo a autora “resulta de fato as escolas normais à condição de único *locus* de formação institucionalizada, na época para a concretização da profissionalização do professor para atuar no primário, na primeira república do Brasil”. (P. 96).

Machado (2017) traz que em 1931 é criado o Ministério de Educação e Saúde e Cultura pelo então presidente da época Getúlio Vargas, que nomeou como ministro Francisco Campos que no primeiro semestre de 1931 já publicou diversos decretos.

De acordo com Machado (2017, p. 99):

Os decretos objetivam desde a criação do Conselho Nacional de educação (Decreto n. 19.850/1931); como da organização: do ensino superior e o regime universitário (Decreto n. 19.851/1931), da Universidade do Rio de Janeiro (Decreto n. 19.852/1931), do ensino secundário (Decreto n. 19.890/1931 e Decreto n. 21.241/1932) e do Ensino Comercial (Decreto n. 20.158/ 1931) e o restabelecimento do ensino religioso na escola pública (Decreto n. 19.941/1931).

A autora também nos traz que em 1932 foi publicado o Manifesto dos Pioneiros da Educação, como o objetivo de superar as desigualdades sociais. Ainda de acordo com a autora após estes acontecimentos surge uma nova fase na formação de professores concomitante a criação dos institutos de educação.

Sobre os institutos Saviani (2009, p. 146) nos traz que: “[...] os institutos de educação foram pensados e organizados de maneira a incorporar as exigências da Pedagogia, que buscava se firmar como um conhecimento de caráter científico.”.

Neste sentido Saviani (2009) complementa dizendo que estava se caminhando para a consolidação do modelo pedagógico-didático de formação docente, oportunizando então corrigir o que ele chama de “insuficiências e distorções das velhas Escolas Normais”.

De acordo com Silva (1999) em 1939 foi criado o curso de Pedagogia, que formava bacharéis e licenciados para várias áreas, porém as Escolas Normais ainda existiam e de acordo com Saviani (2009) em 1946 foi aprovado o decreto-lei Nº 8.530, conhecido como Lei Orgânica do Ensino Normal que dividia o curso normal em dois ciclos:

[...] o primeiro correspondia ao ciclo ginásial do curso secundário e tinha duração de quatro anos. Seu objetivo era formar regentes do ensino primário e funcionaria em Escolas Normais regionais. O segundo ciclo, com a duração de três anos, correspondia ao ciclo colegial do curso secundário. Seu objetivo era formar os professores do ensino primário e funcionaria em Escolas Normais e nos institutos de educação. (SAVIANI, 2009, p.146)

Posteriormente, segundo Saviani (2009) em 1971, a Lei Nº 5.692 modificou os ensinos primário e médio, que passaram a ser denominados de primeiro grau e segundo grau. Neste contexto as Escolas Normais passam a ser “extinguidas” e em seu lugar é instituída a Habilitação Específica de 2º grau para o exercício do Magistério de 1º grau (HEM).

Conforme o autor (p. 147) “Ao curso de Pedagogia, além da formação de professores para Habilitação Específica de Magistério (HEM), conferiu-se a atribuição de formar os especialistas em Educação, aí compreendidos os diretores de escola, orientadores educacionais, supervisores escolares e inspetores de ensino.”.

A LDB 9394 quando promulgada em 20 de dezembro de 1996, introduziu como alternativa aos cursos de Pedagogia e licenciatura os Institutos Superiores de Educação e às Escolas Normais, sendo assim retorna os Cursos Normais.

Desde a promulgação da LDB 9394/96 aos dias atuais muitos debates e discussões acontecem na educação do Brasil e percebemos que cada vez mais cresce a preocupação tanto com a educação como com a formação dos docentes que formam e se formam fazendo-se assim necessário uma breve discussão sobre o curso de Pedagogia no próximo capítulo deste trabalho.

## 2.2 Curso de Pedagogia

Neste tópico será abordada a história do Curso de Pedagogia no Brasil, como se deu a criação deste curso e quais mudanças significativas já ocorreu desde então na Formação de Professores no país.

O curso de Pedagogia aqui no Brasil segundo Silva (1999) foi criado no ano de 1939, através do Decreto-Lei nº 1.190 de 4 de abril na Faculdade Nacional de Filosofia, da Universidade do Brasil que ainda segundo a autora tinha dupla função, que era de formar bacharéis e licenciados para várias áreas, inclusive para o setor pedagógico.

De acordo com Silva (1999) para formação dos bacharéis no curso de Pedagogia teria duração de três anos, e após estes três anos adicionava-se um ano de curso de didática que formaria então os licenciados. Este esquema passou a ser conhecido como 3+1. Silva (1999, p. 33) diz que o curso de Pedagogia ficou seriado em:

Complementos de matemática (1ª série), História da filosofia (1ª série), Sociologia (1ª série), Fundamentos biológicos da educação (1ª série), Psicologia educacional (1ª, 2ª e 3ª séries), Estatística educacional (2ª série), História da educação (2ª e 3ª séries), Fundamentos sociológicos da educação (2ª série), Administração escolar (2ª e 3ª séries), Educação comparada (3ª série), Filosofia da educação (3ª série).

Assim, aqueles que cursavam as disciplinas acima mencionadas obtinham o título de Bacharel em Pedagogia, sendo assim de acordo com o artigo 1º, alínea a, o profissional estaria preparado para “[...] o exercício das altas atividades culturais de ordem desinteressada ou técnica.”. (SILVA, 1999, p. 34)

O curso de Didática segundo Silva (1999) era constituído pelas disciplinas: didática geral, didática especial, psicologia educacional, administração escolar, fundamentos biológicos da educação e fundamentos sociológicos da educação e teria duração de 1 (um) ano. Ainda de acordo com a autora ao Bacharel em Pedagogia restava cursar as duas primeiras disciplinas citadas, pois as demais já pertenciam também ao currículo do bacharelado.

Desta maneira de acordo com alínea c, art. 51, entende-se o Bacharel como aquele que almejava preencher vaga de cargos de técnicos de educação do Ministério da Educação. Segundo Silva (1999) o Curso de Pedagogia desde sua criação já tinha muitos problemas que o acompanharam ao longo do tempo, um desses problemas que se pode citar é a descaracterização do profissional que estava se formando naquele momento.

Outro problema também relatado pela autora é a separação que se fazia entre o bacharelado e o licenciado e que acabou refletindo na ideia de dicotomia entre conteúdo e método. Havia também problemas relativos ao campo de atuação destes profissionais, que não tinha como campo exclusivo de atuação o Curso Normal já que o Decreto-Lei nº 8. 530/46 estabelecia que, para lecionar nesse curso, era suficiente, em regra, o diploma de ensino superior.

Silva (1999) diz que apesar das pequenas alterações realizadas em 1962 no Currículo do Curso de Pedagogia continuou-se com os problemas fundamentais citados anteriormente. Em 1967 na Região de Rio Claro, o Congresso Estadual de Estudantes, preocupados com a imprecisão do Currículo e os diversos problemas referentes ao Curso de Pedagogia, apresentaram uma proposta de reformulação do Curso, bem como algumas outras reivindicações.

De acordo com Silva (1999) foi no Parecer do Conselho Federal de Educação (CFE) nº 252/69 que se buscou esclarecer uma questão que diz respeito ao direito ao magistério primário, pelos que possuíam diploma em Pedagogia, já que os Pedagogos poderiam preparar o professor primário, também teriam condições de ser um professor primário.

A autora ainda traz em questão que nem todos que se diplomam em Pedagogia recebe a formação indispensável ao exercício do magistério, porém, o CFE no intuito de resolver esse impasse fixa alguns estudos para a aquisição desse direito. Sendo: Metodologia do Ensino de 1º grau e Prática de Ensino na Escola de 1º grau, com estágio supervisionado, sendo este último uma das exigências do Parecer por entender que quem possui o título de profissional da Educação não pode deixar de possuir alguma vivência desta.

Diante de tais acontecimentos Chagas apud Silva (1999, p. 69) relata que:

Foi na década de 70 que o conselheiro Valnir Chagas teve a oportunidade de quase ver realizada algumas de suas previsões elaboradas em 62, através de um conjunto de indicações encaminhadas ao C.F.E que visava a reestruturação global dos cursos superiores de formação do magistério no Brasil.

De acordo com Silva (1999) no final da década de 70, professores e estudantes universitários começaram a se organizar com o objetivo de tentar controlar o processo de reforma dos Cursos de Formação de Educadores no Brasil o que colaborou inicialmente com a busca da identidade do curso de Pedagogia. Em 1983 um “Documento Final” recuperou a ideia da Pedagogia enquanto curso.

Ainda de acordo com Silva (1999) no ano de 1996 quando a Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) foi aprovada nela havia indicadores que visavam à formação de profissionais para a Educação Básica, trazendo a pauta novamente a questão da identidade do curso de Pedagogia.

Segundo a autora acima citada a LDB 9394/96 em seu art. 62, introduziu os Institutos Superiores de Educação como possível local de formação de docentes que atuariam na Educação Básica, o que gerou dúvidas e questionamentos acerca da função do Curso de Pedagogia.

Silva (1999) relata que foi neste mesmo período que o Ministério da Educação e Cultura (MEC) através de um Ofício Circular nº 014/98, sinalizou a manutenção do curso, solicitando que as instituições de ensino superior encaminhassem propostas visando a sua reformulação.

Na década de 90 em diante surgiu a ANFOPE (Associação Nacional Pela Formação dos Profissionais da Educação) iniciou o desenvolvimento de ideias que estavam voltadas a estruturação dos cursos de formação de educadores de forma global que vai desde o perfil deste profissional, suas competências, área de atuação, duração dos cursos, currículo, entre outros.

A partir daí segundo Silva (1999) a ANFOPE começou a encaminhar reformulações no intuito de conseguir uma política educacional global de formação e profissionalização do magistério em todos os seus aspectos.

Ainda de acordo com Silva (1999) em 1998 a ANFOPE formulou um documento chamado de “Proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Formação dos Profissionais da Educação” e de acordo com a autora este documento contém uma indicação de que o local indicado para a formação dos profissionais da educação são as Universidades.

Silva (1999) ressalta que no V Congresso Estadual Paulista sobre Formação de Educadores, ocorrido em 1998, em Águas de São Pedro, o *Grupo de Trabalho: Pedagogia* em seu relatório apesar de também trazer a Universidade como espaço para a formação do professor tem outra preocupação que é quanto ao curso de Pedagogia. Sobre isso a autora traz que o GT define a identidade e funções do Pedagogo, orientando metodologicamente a organização curricular.

No ano de 2002 foi publicado a primeira Resolução do CNE/CP nº 01/02 que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores para a Educação Básica. Este documento de acordo com Machado (2017) reforça a necessidade da formação em nível superior que havia sido determinada na LDB 9394/96.

Em 2006 as diretrizes curriculares para o Curso de Pedagogia segundo Scheibe (2007) trouxe mais uma vez para as discussões a identidade do curso e sua finalidade, que agora passava a ser instituída como licenciatura. Ainda de acordo com a autora “Na transição para o novo

modelo dos cursos, as instituições de ensino deverão extinguir as habilitações até então em vigor [...]”.

No parecer CNE/CP nº 2/2015 Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Essa Diretriz é que norteia a partir da data de publicação, os cursos de formação de professores.

Neste parecer há também o estabelecimento do prazo de dois anos para que as instituições de ensino superior façam as devidas adequações em seu Projeto Pedagógico Institucional (PPI), Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI), prazo este alterado para três anos de acordo com Parecer CNE/CP nº 10/2017, aprovado em 10 de maio de 2017. Conforme podemos verificar: “Art. 22. Os cursos de formação de professores, que se encontram em funcionamento, deverão se adaptar a esta Resolução no prazo de 3 (três) anos, a contar da data de sua publicação”.

Sobre a Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica, o parecer nº 2/2015 nos traz que:

Art. 16. A formação continuada compreende dimensões coletivas, organizacionais e profissionais, bem como o repensar do processo pedagógico, dos saberes e valores, e envolve atividades de extensão, grupos de estudos, reuniões pedagógicas, cursos, programas e ações para além da formação mínima exigida ao exercício do magistério na educação básica, tendo como principal finalidade a reflexão sobre a prática educacional e a busca de aperfeiçoamento técnico, pedagógico, ético e político do profissional docente.

Gomes (2009, p. 68) utiliza para a formação inicial o termo “Formação Universitária”, pois a autora entende que não se trata de formação inicial, já que não se está sendo iniciado na educação ao adentrar no ensino superior como também pode-se encontrar em cursos superiores de educação pessoas que já passaram por curso de Magistério.

Ainda em relação à formação, mas desta vez a contínua Gomes (2009, p. 69) traz que identifica-se com a definição dada por Lima (2001a, p.30) que Formação Contínua é: “ a articulação entre o trabalho docente, o conhecimento e o desenvolvimento profissional do professor, como possibilidade de postura reflexiva e divinizada pela práxis”. Sobre a citação acima a autora ainda traz que “o que está em questão é a capacidade do profissional em produzir reflexão sobre suas práticas, podendo reconceituá-las ou transformá-las”.

Mediante as discussões realizadas neste capítulo pode-se perceber os avanços e retrocessos que permearam a trajetória do curso de Pedagogia e que contribuíram com a melhoria da qualidade de ensino ofertada nestes cursos, bem como a encontrar de fato a função do curso de Pedagogia.



### 2.3 Formação de professores para a Educação Infantil

Neste tópico serão abordadas questões acerca da Formação de Professores para a Educação Infantil e como fundamentação teórica abordará os autores: Pimenta (2004 e 2012); Gomes (2009); Machado (2010); Oliveira (2010); Alves (2011); Guimarães; Souza (2012); Amorim (2016) e documentos legais da legislação educacional brasileira.

Inicialmente precisa-se compreender de maneira sucinta o que vem a ser Educação Infantil. De acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento mais atual no que diz respeito à educação Brasileira, entende-se Educação Infantil a modalidade de ensino responsável pelo processo educativo de crianças na faixa etária entre 0 e 5 anos.

É importante mencionar que durante muito tempo a Educação Infantil se consistia no ambiente das creches, que segundo Alves (2011) surgiram com um caráter apenas assistencialista, no qual as mães (solteiras e de classe média baixa) deixavam seus filhos enquanto trabalhavam para que estes fossem cuidados e ficassem seguros durante a ausência destas. Assim, a creche limitava-se a se preocupar apenas com a higiene e alimentação das crianças.

No final do século XIX, foram criados os primeiros “asilos”, as primeiras creches para os filhos das classes menos favorecidas, que funcionavam como “depósitos” de crianças para que as mães pudessem trabalhar. [...] sendo o trabalho ali realizado voltado para questões de higiene, alimentação e cuidados físicos, sem investimentos nos aspectos pedagógicos. (ALVES, 2011, p.2)

Amorim (2016) traz que os profissionais que atuavam nessas instituições, não pertenciam à área da educação e que nesta época não havia a exigência de professores para atuar com as crianças.

Sobre essa realidade houve melhorias quando a Constituição Federal de 1988 foi promulgada. Nela atribui a educação como dever do Estado, conforme assegura o seu Art. 205 quando afirma que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988).

Ao encontro do que está disposto na CF teve-se a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990, que dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente. Este documento traz no Art. 4º que:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Desde a CF de 1988 e o ECA de 1990 que a formação de professores para a Educação Infantil passa a ser alvo de debates no meio educacional, o que resultou também na LDB 9394/96. A educação passou por inúmeras mudanças na busca de melhorias tanto para docentes como para discentes e uma das mudanças consideradas significativas que a LDB 9394/96 traz em seu Art. 62 é a obrigatoriedade com relação à exigência da formação docente. Sobre isso Oliveira (2010, p. 117) traz que: “[...] essa lei propõe a reorganização da educação brasileira em alguns pontos.”.

Amorim (2016) traz que a preocupação com a formação de professores para atuar na docência da Educação Infantil não é recente no País e muitos foram os cursos de Pedagogia que começaram a discutir e modificar seus Currículos para ofertarem tal formação, porém, ainda de acordo com a autora essa atribuição ao Curso de Pedagogia só foi dada oficialmente após a Resolução CNE/CP nº 1/2006 que define que o curso de Pedagogia deve formar o profissional para atuar na docência, e isso também envolve a docência na Educação Infantil.

A partir daí, de acordo com Oliveira (2010, p. 119) “novas concepções acerca do desenvolvimento da cognição e da linguagem modificaram a maneira como as propostas pedagógicas para a área eram pensadas.” Sendo assim foi formulado o Referencial Curricular Nacional (RCN) e também as Diretrizes Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI).

Sobre as diretrizes Oliveira (2010, p. 119) traz que: “[...] o cuidar e o educar foram tratados como aspectos indissociáveis, e que a criança é entendida como um sujeito ativo que interage com o mundo por meio da brincadeira [...]”.

Ainda de acordo com a LDB 9394/96 o profissional da Educação Infantil deve auxiliar o desenvolvimento pleno da criança e para que isto aconteça deve-se ter um maior entendimento de que a criança deverá se desenvolver integralmente considerando os aspectos afetivo, cognitivo e motor, conforme podemos verificar:

Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Sendo assim, é fundamental que este profissional que atua e atuará na Educação Infantil tenha consciência da importância de seu papel e que seja capaz de entender as crianças e suas particularidades, bem como compreender as fases de desenvolvimento das mesmas, respeitando-as.

Ainda sobre as fases, peculiaridades e necessidades da criança Machado (2010, p. 26) diz que:

[...] a criança de zero a seis anos tem características e necessidades diferenciadas das outras faixas etárias, que requerem cuidados e atenção por parte do adulto e que, quando negligenciadas, colocam em risco a sobrevivência da própria criança, ou comprometem gravemente seu desenvolvimento posterior.

De acordo com o que está disposto acima podemos verificar que a criança entre 0 a 5 anos de idade tem necessidades e particularidades que devem ser respeitadas e levadas em consideração, para isso o professor terá de ter bastante cuidado e atenção para não cometer erros que poderão atrapalhar o desenvolvimento das crianças. Esta ideia também já havia sido discutida segundo Silva (2016, p. 14) por Pestalozzi que, segundo a autora este “[...] priorizava uma educação dosada de acordo com os estágios dos indivíduos.”.

A partir das citações acima e da reflexão que estas nos trazem é de fácil percepção a importância do profissional que irá atuar na Educação Infantil possuir uma formação específica, já que a Educação Infantil é considerada por muitos como a base para o desenvolvimento do ser humano.

Sobre essa questão Amorim (2016) ressalta que deve haver uma superação da ideia de que professor de Educação Infantil necessita apenas de ter o dom, a vocação, ou até mesmo o instinto maternal e afetividade. Essas ideias de acordo com a autora (p. 164) “[...] ainda permeiam a área; bem como são frutos das dicotomias e do viés assistencialista que permeou/permeia o atendimento institucionalizado das crianças pequenas no Brasil”.

Portanto, faz-se necessário que docentes que atuam com as crianças de 0 a 5 anos de idade tenham uma formação que proporcione conhecimentos teórico-metodológicos conforme menciona Amorim (2016).

Quando estes profissionais tem acesso ao Ensino Superior, em especial, ao curso de Pedagogia, estes trazem consigo conhecimentos acerca da teoria que são essenciais no exercício de sua profissão, que o auxiliará na compreensão de situações que ocorrem no cotidiano escolar, visto que de acordo com Pimenta (2012) o saber docente não é formado apenas da prática, sendo também nutrido pelas teorias da educação.

O curso de Pedagogia além de proporcionar os conhecimentos teóricos proporciona também à experiência no campo educacional, sendo divididas em dois estágios, onde um tem-se a oportunidade de vivenciar as experiências como docente da Educação Infantil, e outra como docente do Ensino Fundamental Anos Iniciais. Sobre isso Pimenta (2012, p. 102) diz:

Os conhecimentos e as atividades que constituem a base formativa dos futuros professores têm por finalidade permitir que estes se apropriem de instrumentos teóricos e metodológicos para a compreensão da escola, dos sistemas de ensino e de políticas educacionais.

É vivenciando tais experiências que se tem a oportunidade de confrontar e refletir acerca da teoria prática, onde se tem a oportunidade de perceber o quanto estas estão intimamente ligadas, não podendo ser dissociadas.

Sobre isso vale ressaltar que o estágio auxilia na construção da identidade docente, conforme nos afirma Guimarães; Souza (2012, p. 146): “[...] O estágio com as crianças das

creches e pré-escolas é compreendido como atividade imprescindível para a construção da identidade profissional do professor de crianças pequenas porque permite a integração entre conhecimentos teóricos e procedimentos [...].”

Quanto à identidade profissional Gomes (2009, p. 39) também destaca que: “[...] a identidade profissional de educadores associa-se ao sentimento de pertencer a um grupo [...] de ser um profissional.”

Gomes (2009) ao mencionar Nóvoa nos faz refletir que como a sociedade esta em constante mudança há uma necessidade de os profissionais estarem sempre buscando atualizar-se, formar-se e informar-se, o que se pode denominar de formação contínua.

Na área da educação assim como em outras áreas há uma necessidade de o sujeito estar sempre em busca de formar-se, informar-se, atualizar-se, o que é denominado por vários autores como formação continuada, sobre isso a Lei nº 12. 796, de 2013 altera a Lei nº 9394/96 traz que:

Parágrafo único. Garantir-se-á formação continuada para os profissionais a que se refere no local de trabalho ou em instituições de educação básica e superior, incluindo cursos de educação profissional, cursos superiores de graduação plena ou tecnológicos e de pós-graduação.

Amorim (2016) relata que o Ministério da Educação e Cultura (MEC) percebeu que havia a necessidade de ações que visassem à melhoria na formação dos professores em exercício na Educação Básica e que o mesmo também percebeu que o curso de Pedagogia não preparava os profissionais para atender a Educação Infantil, sendo assim algumas medidas foram tomadas, como por exemplo, a elaboração do Curso de Especialização em Docência na Educação Infantil, bem como de Aperfeiçoamento em Educação Infantil.

Ainda de acordo com a autora esses cursos têm como público alvo professores da Educação Infantil que estejam em atuação nos sistemas públicos de ensino e tem a preocupação com a melhoria da prática destes profissionais e tinham por base as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI).

Conforme a autora Amorim (2016, p. 171) “Essas Diretrizes reafirmam uma atuação docente que reconheça as especificidades e potencialidades das crianças nessa faixa etária.”

Amorim (2016, p. 172) ainda traz que: “[...] o que se propõe para o trabalho com as crianças nas instituições de Educação Infantil exige dos professores conhecimentos de diferentes áreas. Considerando essa abrangência, percebe-se a exigência de uma melhor formação para os professores da Educação Infantil”.

Portanto, as discussões tecidas neste capítulo puderam facilitar a compreensão e entendimento que se tem acerca da Educação Infantil e conhecer um pouco da trajetória percorrida até o reconhecimento desta modalidade de educação. Sendo necessário principalmente

discutir sobre a formação dos profissionais que atuam nesta modalidade de ensino e os caminhos que foram traçados até então.

### 3 CAMINHOS METODOLÓGICOS

#### 3.1 Caracterização da pesquisa

Para realização da pesquisa que deu subsídios para produção do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e conseqüentemente de uma discussão referente ao tema foi produzido um Projeto de Pesquisa no decorrer das disciplinas de Projeto de Pesquisa I e II, que norteou como se daria a produção deste relatório de pesquisa.

É importante destacar que é por meio da pesquisa que atualizamos nossos conhecimentos, buscamos respostas ou soluções para problemas e contribuimos de certa maneira com o avanço da educação. Segundo Freire (1996, p. 29), “Pesquisa para constatar, constatando, intervir, intervindo educo e me educo. Pesquisa para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade.”.

A pesquisa realizada foi uma *pesquisa de campo*, sobre isso Severino (2007, p. 123) diz que: “Na pesquisa de campo, o objeto/fonte é abordado em seu meio ambiente próprio. A coleta de dados é feita nas condições naturais em que os fenômenos ocorrem, sendo assim diretamente observados, sem intervenção e manuseio por parte do pesquisador”.

Considerada também como de natureza básica, pois apesar de gerar conhecimentos novos ela não terá aplicação prática prevista bem como será uma abordagem qualitativa, pois “O ambiente natural será a fonte direta para coleta de dados, interpretação dos fenômenos e atribuição de significados.” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 128).

Como instrumento de coleta de dados foi utilizada uma entrevista semiestruturada, pois a mesma “[...] permite a captação imediata e corrente da informação desejada[...]” (LUDKE; ANDRÉ, 1986, p. 34), com 4 (quatro) professores da Educação Infantil com o objetivo de identificar a formação destes profissionais e posteriormente foi realizada uma observação da prática em sala de aula para que assim se possa fazer uma melhor discussão acerca da importância da formação para atuar na Educação Infantil.

Também foi realizado um levantamento no documento do Plano Municipal de Ensino e o que este traz em relação à formação do educador da Educação Infantil.

#### 3.2 Técnica de coleta de dados: instrumentos

##### 3.2.1 Entrevista

Para a realização desta pesquisa foi utilizado como instrumento de coleta de dados a entrevista semiestruturada, pois de acordo com Lüdke e André (1986, p. 33) “[...] a entrevista representa um dos instrumentos básicos para a coleta de dados [...]”, foi composta por perguntas básicas elaboradas a partir de um roteiro para não sair do foco do assunto. Esta pesquisa também foi gravada nos casos em que houve consentimento do entrevistado.

De acordo com Lüdke e André em meio a tantas exigências e cuidados que requerem a entrevista, o primeiro deles deve ser o respeito para com o entrevistado. Ainda de acordo com as autoras (1986, p. 35) “Esse respeito envolve desde um local e horário marcado e cumpridos de acordo com sua conveniência até a perfeita garantia do sigilo e anonimato em relação ao informante, se for o caso.”, portanto, para realização das entrevistas será marcado data, local e horário que sejam coniventes para os entrevistados.

A entrevista foi realizada com 4 (quatro) professores da Educação Infantil do município de Cajazeiras, dando preferência aos professores das creches. Para isso tive que deslocar-me pessoalmente até as instituições para convidar os professores à entrevista.

Na realização da entrevista foi solicitada a autorização para gravar a entrevista, porém aqueles que se opuserem a gravar, mas se dispuserem a responder oralmente também foram aceitos.

Dos 4 (quatro) professores 2 (dois) se opuseram em gravar a entrevista, mas como já mencionado acima, as respostas dadas oralmente também seriam aceitas. Quanto às entrevistas que foram gravadas estas foram digitalizadas fazendo uso de um programa de transcrição denominado de Voicemeeter input e depois revisadas.

Vale ressaltar que para que seja mantido o sigilo e anonimato das informações obtidas os entrevistados serão denominados como: Sujeito 1, 2, 3 e 4, podendo ser abreviado para S1, S2, S3 ou S4.

### 3.2.2 Observação

Foram realizadas também observações da prática docente dos professores entrevistados, confrontando assim os dados obtidos na entrevista com a prática efetiva e análise dos documentos como, por exemplo, o Projeto Político Pedagógico e Plano Municipal de Ensino para ter conhecimento do que estes trazem em relação à formação do professor da Educação Infantil.

Para a realização das observações foi elaborado um roteiro de observação, que ajudou a nortear os pontos que deveriam ser observados. De acordo com Lüdke e André (1986, p. 25) “Para que se torne um instrumento válido e fidedigno, a observação precisa ser antes de tudo controlada e sistemática.”.

No momento da entrevista foi avisado a cada professor que haveria a necessidade de se realizar 1 observação em sua sala de aula, e que esta observação não teria dia marcado. Nenhum dos sujeitos se opôs a esta condição, sendo assim, aconteceu uma (1) observação na sala de aula de cada professor entrevistado. As observações aconteceram conforme o combinado, sem dia marcado, possibilitando assim maior veracidade nas informações obtidas, visto que no dia o professor não teria muita oportunidade de fazer de modo diferente do que faz cotidianamente.

Para a realização das observações foi utilizado 1 (uma) semana, o turno e as turmas a qual as observações foram realizadas dependeu do turno e turma a qual o entrevistado estava trabalhando, já que a observação consiste na sua prática docente.

Na sala de aula foi observada a atuação de cada professor mediante as dificuldades diárias, levando em consideração a sua prática docente, buscando assim, fazer uma relação teoria e prática, a fim de compreender ou até mesmo justificar tais comportamentos, com a finalidade de refletir e perceber a importância da Pedagogia na formação dos professores da Educação Infantil.

Das 4 observações planejadas, apenas 1 (uma) não foi possível, pois a professora estava com estagiárias em sua sala de aula, as demais ocorreram de forma satisfatória.

### 3.2.3 Documentos

Foi realizada também uma pesquisa e análise de documentos considerados primordiais na educação e no funcionamento de qualquer escola. Segundo Lüdke e André (1986, p. 40) “A escolha dos documentos não é aleatória. Há geralmente alguns propósitos, ideias ou hipóteses guiando a sua seleção”.

Diante disso, o documento analisado faz parte do regimento educacional, este rege a educação do município e foi escolhido no intuito de confrontar as informações acerca da formação dos professores com o que diz a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e com a realidade em que se encontra as instituições no que diz respeito a essa formação.

### 3.3 Análise de dados

A análise dos dados aconteceu após a realização das entrevistas bem como das observações da prática do professor em sala de aula e da análise dos documentos, pois segundo Lüdke e André (1986, p. 48) “A fase mais formal de análise tem lugar quando a coleta de dados está praticamente encerrada”. Desta forma, partindo destes dados discute-se sobre o tema



dialogando com os autores utilizados no referencial teórico deste trabalho seguindo assim uma ordem que segundo Lüdke e André (1986) devem acontecer.

As entrevistas continham 17 (dezessete) perguntas relacionadas à formação de cada sujeito como também perguntas acerca da prática docente. Realizadas as entrevistas estas foram transcritas utilizando um programa de computador denominado Voicemeeter input e depois revisadas, posteriormente as respostas foram organizadas em uma tabela, para facilitar a leitura e análise dos dados.

Foram também realizadas três (três) observações, uma em cada sala de aula do professor entrevistado. Apenas 1(um) dos 4 (quatro) professores entrevistados não foi observado por ter acolhido estagiárias em sua sala de aula durante o período destinado as observações.

As observações foram realizadas baseadas em um roteiro de observação (Apêndice 1) e digitalizadas com o objetivo de facilitar a análise dos dados.

### 3.4 Procedimentos éticos da pesquisa

Essa Pesquisa como Procedimentos Éticos contou com a organização da documentação solicitada pelo Comitê de Ética do Centro de Formação de Professores, do Campus de Cajazeiras da UFCG.

Os documentos foram: O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, que descreve o trabalho, expondo seus objetivos, justifica os riscos e benefícios aos sujeitos que participaram da pesquisa. Também o Termo de anuência ao qual o responsável pela instituição, da qual os sujeitos das pesquisas atuam assina autorizando o desenvolvimento da pesquisa naquela instituição, para a realização das entrevistas e das observações. E o Termo de responsabilidade e o Termo de compromisso das pesquisadoras, que foram assinados pela pesquisadora orientadora desta pesquisa e pela orientada, que garante o retorno da pesquisa e o sigilo da identidade dos entrevistados.

O projeto da pesquisa foi avaliado e aprovado pelo Comitê de Ética em abril de 2019, pelo parecer n° 3. 304. 191.

#### **4. ANÁLISE DOS DADOS: CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA ATUAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Para a construção do corpus de análise foram realizadas entrevistas com 4 (quatro) professores da rede municipal de ensino da cidade de Cajazeiras/PB, todos ensinam em creches do respectivo município e são funcionários efetivos.

Foram realizadas ao todo 17 (dezessete) perguntas relacionadas à formação destes profissionais como também perguntas acerca da prática docente. Dos participantes entrevistados apenas 2 (dois) aceitaram que a entrevista fosse gravada. As entrevistas gravadas foram transcritas utilizando o programa de transcrição Voicemeeter input e depois revisadas.

Foram também realizadas 3 (três) observações, uma em cada sala de aula do professor entrevistado. Apenas 1 (um) dos 4 (quatro) professores entrevistados não foi observado por ter acolhido estagiárias em sua sala de aula durante o período destinado as observações.

##### **4.1 Contextualizando os sujeitos da pesquisa**

Como mencionado anteriormente os sujeitos da pesquisa são funcionários efetivos do Município de Cajazeiras, PB, os quais prestaram concurso entre os anos de 2002 e 2006.

Os entrevistados atuam na educação há muito tempo, entre 15 e 30 anos, já na Educação Infantil apenas um deles atua há 28 anos, os demais atuam entre 8 e 20 anos. Todos os entrevistados possuem o curso Magistério e são graduados, apenas 1 (um) deles não possui graduação em Pedagogia.

Quanto a formação dos sujeitos da pesquisa, apenas 1 (um) deles não possui graduação em Pedagogia e sim Licenciatura Plena em História, 2 (dois) dos que são Pedagogos estão fazendo mestrado na Universidade Estadual do Rio Grande do Norte - UERN, 1(um) possui Pós-Graduação em Metodologia do Ensino e o Licenciado em História também tem pós-graduação nesta mesma área.

##### **4.2 Contextualizando as escolas**

Todas as instituições a qual foram realizadas as observações possuíam PPP elaborado no ano de 2017, não atualizado durante este espaço de tempo.

Em relação ao tamanho das instituições pode se considerar grande com salas de aulas espaçosas, climatizadas, com exceção uma das instituições que não tem salas climatizadas.

Em todas as instituições os banheiros são adequados e adaptados ao tamanho e necessidades das crianças que ali se encontram. Além das salas de aula, há uma estrutura adequada ao funcionamento da instituição, como por exemplo, cozinha, refeitório, almoxarifado, dispensa, direção, banheiros para o uso infantil e para adultos, salas de recursos áudio visuais, pátio com brinquedos (parquinho), entre outros.

#### 4.3 Observação

As observações foram realizadas no período de 13 a 17 de maio, no turno em que os professores entrevistados trabalhavam, sendo assim 1(uma) das observações foi realizada a tarde e as demais pela manhã.

Para a realização das observações não havia data marcada com nenhum dos docentes, o que acabou resultando em 1(um) deles não ser observado porque já havia recebido estagiárias na sua sala de aula, ficando assim inviável observar o professor, pois a intenção era confrontar os dados obtidos na entrevista com a prática de fato, bem como observar comportamentos do professor entrevistado.

#### 4.4 Contextualizando as turmas

As observações foram realizadas em turmas de Infantil II, que tem a faixa etária de 3 (três) anos de idade, e infantil I que tem faixa etária de 2 (dois) anos de idade. Nas salas observadas o número de alunos frequentando era em torno de 15 a 20.

Nas salas de aula observadas há um professor e um monitor, pois como a instituição funciona de forma integral há uma rotina em que se faz necessário que se tenha dois profissionais na sala.

Todas as instituições seguem uma rotina que já vem da Secretaria Municipal de Ensino especificando horários para cada momento, como por exemplo, hora do banho, refeição e momento da aula, entre outros.

Por funcionar de forma integral há uma troca de funcionários, os funcionários do turno da manhã são diferentes do turno da tarde.

#### 4.5 Formação de professores: a percepção dos docentes entrevistados

A entrevista teve como base 17 (dezesete) perguntas, as primeiras perguntas da entrevista foram relacionadas à formação de cada sujeito, tempo de atuação destes na educação,

na Educação Infantil e na instituição e posteriormente para as questões referentes à prática docente e formação docente.

Os entrevistados atuam na educação há muito tempo, entre 15 e 30 anos, já na Educação Infantil apenas um deles atua há 28 anos, os demais atuam entre 8 e 20 anos. Todos os entrevistados possuem o curso Magistério e são graduados, apenas 1 (um) deles não possui graduação em Pedagogia.

Considerando o tempo de atuação dos entrevistados na Educação Infantil houve a necessidade de questionar se já haviam atuado nesta modalidade de ensino sem ter Magistério ou graduação em Pedagogia e apenas um deles havia atuado sem algum desses cursos, conforme podemos verificar em sua fala: S3 *“Sim, quando eu iniciei a carreira não tinha ainda Magistério”*.

Desta maneira, constatou-se o que Amorim (2016) traz em relação ao professor de Educação Infantil quando afirma que deve haver uma superação da ideia de que o professor desta modalidade necessita apenas de ter o dom, a vocação, ou até mesmo o instinto maternal e afetividade, ideia esta que conforme a autora ainda permeia o atendimento nas instituições de ensino de Educação Infantil.

Mediante a resposta dada anteriormente pela entrevistada S3, quando questionada se buscou formação na área da Educação Infantil e porque, esta respondeu que buscou fazer o Magistério, porém não fez superior em Pedagogia e sim em História, conforme podemos verificar na sua fala: S3 *“Não busquei formação em pedagogia, como já tinha o magistério e a licenciatura em história, busco apenas fazer a formação continuada que supre algumas necessidades”*.

É interessante ressaltar que o S3 atua na educação há 30 anos, mas na Educação Infantil este atua apenas há 12 anos, desta maneira de acordo com a LDB 9394/96 a mesma na época que iniciou a docência na Educação Infantil possuía a formação exigida.

Levando em consideração essa informação e o fato de todos serem funcionários efetivos do município fez-se necessário questionar sobre o tempo de atuação na educação infantil e o nível de escolaridade exigido no edital do concurso prestado por estes obtendo-se como resposta que na época exigia apenas o Magistério, chamado atualmente de Normal em Nível Médio e conhecido também por Pedagógico.

Sobre a formação destes profissionais que atuam na Educação Infantil a LDB 9394/96 sofreu alteração em 2017, na lei Nº 13. 415 afirmando no Artigo 62 que a formação docente para atuar na educação básica deve ser ensino superior, sendo formação mínima para estes a modalidade normal, conforme podemos verificar:

Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura plena, admitida, como formação mínima para o

exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal.

Questionadas sobre o motivo de atuarem na Educação Infantil responderam unanimemente que atuam por afinidade, houve também resposta relacionada à realização profissional e encantamento pela modalidade. S1 respondeu que *“Eu gosto muito, sempre gostei e assim me afino com o trabalho da educação infantil [...]”*. Já o S2 responde que: *“Principalmente por identificação profissional”*. O S3 afirmou: *“Sempre me identifiquei com as crianças menores [...]”*. S4 respondeu: *“Me identifiquei bastante com educação infantil [...]”*.

Quando utilizado o termo identificação entendemos que as mesmas atuam na educação infantil por “gostarem”, terem prazer no que realiza. Sobre isso Gomes (2009, p. 39) diz: “[...] a identidade profissional de educadores associa-se ao sentimento e à consciência de pertencer a um grupo – ao lugar em que cada um se insere no mundo e na profissão–, de ser um profissional”.

Durante as observações foi percebido que os entrevistados possuem o sentimento de pertença ao grupo a qual estão inseridos, contudo, nem todos atuam na docência da Educação Infantil de acordo com o que se estabelece atualmente.

Em relação à prática docente dos sujeitos questionou-se sobre as dificuldades encontradas por estes e foram relatadas dificuldades em relação ao apoio familiar como se pode verificar na fala do S1 *“[...] a gente precisa muitas vezes do apoio da família”*, sobre isso a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017, p. 36-37) ressalta que: “[...] para potencializar as aprendizagens e o desenvolvimento das crianças, a prática do diálogo e o compartilhamento de responsabilidades entre a instituição de Educação Infantil e a família são essenciais.”.

O S2 traz além da questão da família outras dificuldades como podemos perceber: S2 *“Muitos dos desafios encontramos nas próprias instituições, na família, dificuldades no recurso e principalmente na valorização do profissional”*, O S4 corrobora com o S2 quando em sua fala traz a questão da falta de recursos, conforme podemos observar: S4 *“[...] falta de recursos para trabalhar atividades”*.

Apesar das observações terem acontecido em tempo mínimo em cada instituição pode-se notar que havia a escassez de recursos, porém, pode-se perceber que cada docente fez um esforço individual de preparação dos recursos.

Apenas 1(um) dos sujeitos relatou que não sentia dificuldade pois segundo ele quando se planeja não se tem dificuldades na prática, conforme sua fala: S3 *“Não, quando se planeja suas aulas não terá dificuldade para realização dela”*, porém durante a observação percebeu-se que o sujeito tinha sim dificuldades na sua prática docente, não conseguiu desenvolver atividades simples com as crianças, faltava planejamento e também se notou que a turma não tinha o hábito de realizar as atividades propostas por ele.

Em relação a planejamento a BNCC (2017, p. 39) nos traz que “Parte do trabalho do educador é refletir, selecionar, organizar, planejar, mediar e monitorar o conjunto das práticas e interações, garantindo a pluralidade de situações que promovam o desenvolvimento pleno das crianças.”.

No que diz respeito ao Curso de Pedagogia quando questionadas se as professoras acreditavam que o curso é importante para quem atua na educação infantil, todas as entrevistadas responderam que sim, destaca-se a fala de uma das entrevistadas S1: *“Totalmente importante. Curso que prepara, de certa forma faz a gente questionar sobre nossa própria formação.”*

O S2 traz uma observação particular, relatando que há alguns anos o Curso de Pedagogia não levava em consideração a atuação na Educação Infantil. S2 *“o meu não trouxe muitas contribuições para minha prática na educação infantil, não se alinhavam. Contudo o curso de pedagogia é e precisa ser fundamental para essa que é a primeira etapa da Educação Básica”*. O sujeito 4 relata que: S4 *“a realidade é que quando fiz era mais para o Básico 1, o fundamental 1. Hoje já se trabalha mais a parte que envolve a educação infantil”*.

As respostas dos Sujeitos vão ao encontro do que fala Amorim (2016) quando afirma que o Curso de Pedagogia só começou a formar o profissional para docência na Educação Infantil após a Resolução CNE/CP nº 1/2006.

Tais respostas nos auxiliam a compreender o quanto é importante à formação continuada caso contrário os docentes que não tivessem o Magistério sentiriam conseqüentemente maior dificuldade em relação à prática docente na Educação Infantil.

Ao analisarmos o tempo de atuação dos sujeitos na educação podemos verificar que esta “falha” referente à formação fornecida nos cursos de Pedagogia se dá em virtude ainda das mudanças que aconteciam em relação ao curso, que durante muito tempo, segundo Silva (1999, p. 63) passou por crises de identidade, pois ainda de acordo com a autora havia “[...] a dificuldade em se definir a função do curso e, conseqüentemente, o destino de seus egressos”.

Desta maneira percebemos que o Ensino Superior, conseqüentemente o Curso de Pedagogia tinha uma deficiência em preparar os profissionais para atuarem na Educação Infantil, pois as crianças na faixa etária de 0 a 5 anos que atualmente compõem a Educação Infantil só passaram a integrar a educação básica após a LDB 9394/96.

Questionadas sobre a importância da formação inicial das entrevistadas para a atuação destas na educação infantil nos foi relatado que o Magistério, curso que todos os sujeitos da entrevista possuem, contribuiu bastante com a prática docente, conforme as falas dos sujeitos. S1 *“O magistério para mim foi de suma importância assim lá eu aprendi muito [...]”*; S2 fala que: *“Foi muito importante desde o nível médio na modalidade normal que identifiquei o meu gosto por essa modalidade e formação como um todo.”*

Discutiremos aqui um pouco sobre a formação continuada, como elas acontecem e quais contribuições ela traz as entrevistadas. A formação continuada realizada pelas entrevistadas em sua maioria foi promovida pela Secretária de Educação do Município, que é realizada quinzenalmente e os cursos que cada uma individualmente buscou realizar, como por exemplo, mestrado.

Sobre isso vale ressaltar que a formação inicial e continuada dos profissionais da Educação Infantil é uma das metas contidas no Plano Municipal de Educação (PME) que tem vigência até 2025. PME (2015, p. 31) “1.8 Promover a formação inicial e continuada dos (as) profissionais de educação infantil, garantindo, progressivamente, o atendimento por profissionais com formação superior.”.

Sobre a formação continuada e as contribuições trazidas por estas para a prática docente de cada uma o S1 relata que: *“Esse círculo, eu tenho como um círculo né? que a gente vai investigando, tentando encontrar saídas, buscando soluções para situações, então na formação há essa troca de experiências como de dificuldades, esse aprender, estamos sempre aprendendo com outro aprendendo consigo mesmo [...]”*.

Em relação à última pergunta que trata da formação continuada a partir da prática e das vivências escolares como docentes e como influencia na atuação destes as respostas foram:

S1 *“Influencia sim, como eu disse por conta da partilha.”*, os Sujeitos 3 e 4 corroboram do mesmo pensamento como podemos verificar em suas falas. S3 *“As atividades e vivências escolares sempre são compartilhadas com os demais professores e aquelas vivências que acho boa procura adaptar a minha sala e aos meus alunos”*. S4 *“Na realidade essa formação é muito boa por ser uma troca de experiências entre professores e diferentes creches o que auxilia muito na prática dentro das salas de aula”*.

As respostas dadas pelos sujeitos da pesquisa vão ao encontro com o que diz Nóvoa (2002, p. 38): “A formação contínua deve contribuir para a mudança educacional e para a redefinição da profissão docente”.

Levando em consideração as respostas dadas pelos sujeitos da entrevista percebe-se que a formação continuada para estes é tão importante quanto à formação inicial, isso se deve ao fato dos avanços que aconteceram na Educação Brasileira, em especial da Educação Infantil.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho aqui disposto tem como tema Curso de Pedagogia: Formação de Professores da Educação Infantil. A escolha do tema se deu a partir das descobertas durante a iniciação na docência, após a conclusão do Curso Normal em Nível Médio, quando foi observado que alguns profissionais que atuavam na Educação Infantil não possuíam Graduação em Pedagogia. Essas inquietações tomaram maiores proporções após o ingresso no Curso de Pedagogia, que em meio aos diálogos e discussões com professores e colegas de curso compreendia-se cada vez mais o quanto é importante o Curso de Pedagogia para quem atua e atuará na Educação Infantil.

Diante disso a pesquisa teve-se como Objetivo Geral: Compreender a importância do Curso de Pedagogia para atuar como professor da Educação Infantil, no município de Cajazeiras. Constata-se que o Objetivo Geral foi atendido, porque efetivamente o trabalho conseguiu demonstrar que o Curso de Pedagogia é destinado para quem atua na primeira etapa da educação básica e isto envolve a Educação Infantil.

O objetivo específico inicial era discutir a trajetória da Formação de Professores para a Educação Infantil no Brasil. Este objetivo foi contemplado, pois conseguiu trazer a discussão do texto como se deu a trajetória da formação de Professores para a Educação Infantil de forma clara e sucinta.

O segundo objetivo específico consistia em investigar qual a importância da Formação dos Professores para atuarem na Educação Infantil, assim essa meta também foi alcançada, pois no decorrer da pesquisa traz à discussão a importância de os professores que atuam na Educação Infantil serem formados, de preferência em Pedagogia.

Já o terceiro objetivo específico era refletir sobre a importância do Curso de Pedagogia para atuar na Educação Infantil, objetivo este que foi alcançado, pois a pesquisa trouxe a discussão sobre a formação dos professores da Educação Infantil e apontou em diversos momentos a importância do Curso de Pedagogia para os docentes desta área de Ensino.

O problema da pesquisa estava pautado em compreender qual a importância do Curso de Pedagogia na formação de professores da Educação Infantil na percepção dos docentes que atuam na Educação Infantil no Município de Cajazeiras – PB.

Ao final da pesquisa a problemática foi resolvida, pois os sujeitos entrevistados percebiam a importância do Curso de Pedagogia para quem atua na Educação Infantil conforme estava explícito nas respostas dos sujeitos dadas na entrevista.

Desta maneira, a resposta da problemática foi alcançada, pois percebeu-se que os docentes que atuam na Educação Infantil em sua maioria possuía graduação em Pedagogia, porém estes enquanto discentes do Curso de Pedagogia não tiveram oportunidade de preparação



para atuar na Educação Infantil devido a falha que ainda se tinha na estrutura do currículo do Curso de Pedagogia.

Para a realização desta pesquisa inicialmente foi feita uma discussão teórica sobre o assunto, posteriormente realizou-se uma entrevista semiestruturada com 4 (quatro) professores que atuam na Educação Infantil, especificamente em creches, do município de Cajazeiras/PB.

Após as entrevistas foram realizadas observações da prática docente dos entrevistados e feito um levantamento de documentos que fazem parte do regimento educacional do município e da escola e por fim foi realizada a análise dos dados, onde se teve a oportunidade de confrontar e/ou corroborar as respostas obtidas na entrevista, com o que foi observado e com a discussão realizada.

Para a efetivação deste trabalho encontrou-se algumas dificuldades, primeiro em encontrar professores voluntários para realizar a entrevista que teria como complemento a observação sem dia marcado. Quando se encontrava esses professores, os mesmos se opuseram a gravação das entrevistas, o que nos limita muito as respostas, não podendo observar outros fatores. Outra dificuldade, porém, entendida foi a realização efetiva das 4 (quatro) observações.

Desta maneira recomenda-se que seja destinado mais tempo para as observações da prática docente, que se busque alternativas para extrair mais informações nas entrevistas, que se faça um cronograma para realização das entrevistas e observações que tenham flexibilidade, mas que previna possíveis contratempos que possivelmente poderia atrapalhar.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Bruna Molisani Ferreira. Infâncias e Educação Infantil: Aspectos históricos legais e pedagógicos. **Revista Aleph**. N. 16. nov, 2011. Disponível em:<<http://uff.br/revistaleph/pdf/art8.pdf>>. Acesso em 30/11/2018.

AMORIM, Ana Luisa Nogueira. Formação de professores de educação infantil no alto sertão paraibano. In: LOPES, Wiama de Jesus Freitas. SANTIAGO, Stela Márcia de Moraes (orgs.). **Formação de professores e identidades docentes em questão: o que nos ensina os 35 anos de pedagogia no alto sertão paraibano**. Fortaleza: Imprece, 2016. p. 159-177.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação e da Pedagogia: geral e Brasil**. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006.

BRASIL. Constituição Federal (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 15 jul. 2018

BRASIL. Ministério da Educação. Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996. Fixa Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Congresso Nacional, **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 27833. Disponível em:<[http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L9394.htm)>. Acesso em: 15 jul. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2017-pdf/70431-res-cne-cp-002-03072015-pdf/file>> Acesso em: Acesso em: 09 de jun. 2019

BRASIL. Ministério da Educação. Altera o Art. 22 da Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Resolução CNE/CP nº1, de 9 de Agosto de 2017. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2017-pdf/70141-rcp001-17-pdf/file>> Acesso em: Acesso em: 09 de jun. 2019.

BRASIL. Lei 12.796, de 4 de abril de 2013. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre formação dos profissionais da educação e dar outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 5 abr. 2013, Seção 1, p. 1. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato20112014/2013/lei/112796.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20112014/2013/lei/112796.htm)>. Acesso em: 15 jul. 2018

BRASIL. Resolução CNE/CP 1, de 18 de fevereiro de 2002. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de professores da Educação Básica, em nível Superior, curso de licenciatura, de graduação plena. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 9 abr. 2002. Seção 1, p. 31. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/res1\\_2.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/res1_2.pdf)>. Acesso em: 09 de jun. 2019.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil e Ensino Fundamental**. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2017. Disponível em:

<[http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf)> Acesso em 09 de jun. 2019.

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente**: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm)>. Acesso em: 09 jun. 2019.

BRASIL. Decreto n. 8.025, de 16 de março de 1881. **Regulamento para a Escola Normal da Côrte**. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-8025-16-marco-1881-546192-publicacaooriginal-60106-pe.html> > Acesso em: 09 de jun. 2019.

BRASIL. Presidência da República. Decreto-Lei n. 1190, de 4 de abril de 1939. **Organização da Faculdade Nacional de Filosofia**. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1190-4-abril-1939-349241-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 09 de jun. 2019.

BRASIL. Decreto nº 8. 530, de 2 de janeiro de 1946. Lei Orgânica do Ensino Normal. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8530-2-janeiro-1946-458443-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: Acesso em: 09 de jun. 2019.

BRASIL. Lei nº 13. 415 de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm)> Acesso em: Acesso em: 09 de jun. 2019.

CAJAZEIRAS. **Lei n. 2.329**, 22 de junho de 2015. Aprova Plano Municipal de Educação. Prefeitura Municipal de Cajazeiras, 22 jun. 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 40ª reimpressão. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GOMES, Marineide de Oliveira. **Formação de Professores na Educação Infantil**. São Paulo: Cortez, 2009.

GUIMARÃES, Célia Maria e SOUZA, Natália Camargo de. Projetos de Trabalho no Estágio da Formação Inicial: Contribuições para elaboração da especificidade do trabalho pedagógico do professor da Educação Infantil. In: GARMS, Gilza Maria Zauhy. RODRIGUES, Sílvia Adriana (orgs.). **Temas e Dilemas Pedagógicos da Educação Infantil**: Desafios e Caminhos. Campinas, SP. Mercado de Letras, 2012. P. 139-171.

LUDKE, Menga. e ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MACHADO, Maria Lúcia de A. **Educação Infantil e sóciointeracionismo**. In: OLIVEIRA, Zilma Ramos de (Org.). Educação Infantil: muitos olhares. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MACHADO, Viviane Guidotti. **Práticas Pedagógicas no Curso de Pedagogia**: Para uma relação entre teoria e prática. 2017. 200 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, PUCRS. 2017. Disponível em: <<http://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/7793/2/TESE%20%20Viviane%20Guidotti%20Machado.pdf>>. Acesso em 09 de jun. de 2019.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. **Educação Infantil**: Fundamentos e Métodos. 6ed. São Paulo: Cortez, 2010.

PIMENTA, Selma Garrido. **Por que o estágio para quem não exerce o magistério**: o aprender a profissão. IN: PIMENTA, S. G.; LUCENA, M. S. (Orgs.). Estágio e docência. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2012 (Coleção docência em formação. Série saberes pedagógicos) pp. 99-121.

PRODANOV, Cleber Cristiano. **Metodologia do Trabalho Científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SAVIANI, Dermeval. **Formação de Professores**: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 14, n. 40 jan./abr. 2009.

SAVIANI, Dermeval. **Histórias das Ideias Pedagógicas no Brasil**. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2013.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SCHEIBE, Leda. Diretrizes Curriculares para o Curso de Pedagogia: Trajetória Longa e Inconclusa. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 130, p. 43-62, jan./abr. 2007.

SILVA, Carmem Silvia Bissolli da. **Curso de Pedagogia no Brasil**: História e Identidade. Campinas, SP: Autores Associados, 1999.

SILVA, Fernanda Alves da. **Currículo na Educação Infantil** [manuscrito]: uma análise das propostas curriculares para crianças de 3 anos em creches da rede municipal de Campina Grande- PB. 2016. 57 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia)- Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2016. Disponível em: <<http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/10603/1/PDF%20-%20Fernanda%20Alves%20da%20Silva.pdf>>. Acesso em: 2 nov. 2018.

## APÊNDICE 1 - ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO

### 1.1 Identificação da Instituição

- Nome da Escola: \_\_\_\_\_
- Endereço: \_\_\_\_\_
- IDEB: \_\_\_\_\_
- Telefones: (    ) \_\_\_\_\_
- Instituição Municipal

### 1.2 Pedir uma cópia do Projeto Político Pedagógico da escola. Identificar e produzir um texto dos seguintes dados.

- Dependências Administrativas.
- Serviços Assistenciais – especifique a frequência de atendimento realizado e critérios utilizados para identificar o/a aluno/a que necessita do atendimento.
- Serviços Multimeios.
- Recursos e equipamentos de uso didático-pedagógico existentes na escola.
- Estrutura física da Instituição.
- Área livre para recreação.
- Existe acessibilidade para crianças com necessidades especiais na Instituição?

### 1.3 Sala de aula do professor(a) entrevistado(a)

- Quantos alunos frequentam a sala de aula observada?
- Como são as práticas de Ensino desse Professor?
- Como ocorrem as relações professor/aluno e aluno/aluno?
- O docente realiza planejamentos de aula? Caso não por quê?
- Utiliza diferentes metodologias?
- Compreende as fases da criança e as respeita?

**APÊNDICE 2 - ROTEIRO DE ENTREVISTA**

Idade:

Sexo:

1. Funcionário efetivo ou contratado?
2. Qual ano prestou concurso?
3. Qual nível de escolaridade exigia no edital do concurso prestado?
4. Tempo de atuação na educação:
5. Tempo de atuação específico na Educação Infantil?
6. Tempo de atuação nesta instituição:
7. Formação:
8. Você chegou a atuar na Educação Infantil sem formação (magistério ou Curso de Pedagogia)? Caso sim: Por qual motivo buscou formação na área? Caso não: pular para a questão 11.
9. Você atua na Educação Infantil por qual motivo?
10. Encontra dificuldades na sua prática docente? Quais?
11. Acredita que o curso de pedagogia seja importante para quem atua na Educação Infantil? Por quê?
12. Sua formação inicial foi importante para sua atuação na Educação Infantil? Como?
13. Quais foram as 5 últimas formações continuadas que você realizou?
14. E suas formações continuadas, como influenciam na sua atuação docente?
15. E a formação continuada a partir da prática, das vivências escolares como docente, influencia como na sua atuação? Como é realizada?

**APÊNDICE 3 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO-TCLE**

Você está sendo convidado a participar como voluntário (a) no estudo **FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL**, coordenada pela professora **VIVIANE GUIDOTTI** e vinculado a **UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE**.

Sua participação é voluntária e você poderá desistir a qualquer momento, retirando seu consentimento, sem que isso lhe traga nenhum prejuízo ou penalidade. Este estudo tem por objetivo **compreender a importância do curso de Pedagogia para atuar como professor da Educação Infantil, no município de Cajazeiras**, e se faz necessário por **pela relevância social deste estudo de querer contribuir para melhoria da qualidade de ensino da Educação Infantil, pois à medida que se compreende a importância da formação adequada para ser um professor da Educação Infantil passa-se a preocupar-se mais com este requisito trazendo para a sala de aula apenas aqueles profissionais que possuem o curso de Pedagogia**.

Caso decida aceitar o convite, você será submetido (a) ao(s) seguinte(s) procedimentos: **uma entrevista semi-estruturada**. Os riscos envolvidos com sua participação são: **esta pesquisa poderá causar constrangimento ou desconforto ao sujeito, durante a entrevista semi-estruturada que será gravada. Para minimizar quaisquer riscos ao sujeito a entrevista será transcrita e após enviada por e-mail, a fim do sujeito ter a possibilidade de pedir a exclusão de qualquer trecho ou adicionar qualquer informação que achar pertinente ao estudo**. Os benefícios da pesquisa serão: **Mesmo não tendo benefícios diretos em participar, indiretamente você estará contribuindo para a compreensão do fenômeno estudado e para a produção de conhecimento científico. Todas as informações obtidas serão sigilosas e seu nome não será identificado em nenhum momento. Os dados serão guardados em local seguro e a divulgação dos resultados será feita de maneira que não permita a identificação de nenhum voluntário**.

Todas as informações obtidas serão sigilosas e seu nome não será identificado em nenhum momento. Os dados serão guardados em local seguro e a divulgação dos resultados será feita de maneira que não permita a identificação de nenhum voluntário.

Se você tiver algum gasto decorrente de sua participação na pesquisa, você será ressarcido, caso solicite. Em qualquer momento, se você sofrer algum dano comprovadamente decorrente desta pesquisa, você será indenizado.

Você ficará com uma via rubricada e assinada deste termo e qualquer dúvida a respeito desta pesquisa, poderá ser requisitada a Viviane Guidotti Machado, ou ao Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos - CEP/CFP/UFCG cujos dados para contato estão especificados abaixo.

**Dados para contato com o responsável pela pesquisa**

Nome: Viviane Guidotti Machado

Instituição: Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Formação de Professores.

Endereço: R. Pedro Carlos de Moraes - Lot. Jose Bonifácio de Moura, Cajazeiras - PB, 58900-000

Telefone: 3532-2000

E-mail: [vivianeguidotti@ufcg.edu.br](mailto:vivianeguidotti@ufcg.edu.br)

**Dados do CEP**

Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande- CEP/CFP/UFCG, situado a rua Sergio Moreira de Figueiredo, s/n, Bairro: Casas Populares, Cajazeiras - PB; CEP: 58.900-000.

Email: cep@cfp.ufcg.edu.br

Tel: (83) 3532-2075

Declaro que estou ciente dos objetivos e da importância desta pesquisa, bem como a forma como esta será conduzida, incluindo os riscos e benefícios relacionados com a minha participação, e concordo em participar voluntariamente deste estudo.

**LOCAL E DATA**

---

Assinatura ou impressão datiloscópica do voluntário ou responsável legal

---

Nome e assinatura do responsável pelo estudo